

# A cultura da Sustentabilidade no contexto do Programa Mais Educação

## *The Culture of Sustainability in the context of Education Program More*

<sup>1</sup> Daniele Blanco Cavalcanti [daniele.cavalcanti@ioc.fiocruz.br](mailto:daniele.cavalcanti@ioc.fiocruz.br)

<sup>2</sup> Marco Antônio Ferreira Costa

### RESUMO

---

*Vivemos no Brasil uma situação de degradação ambiental, com parte da população imersa em extrema pobreza. Sabemos, no entanto que o percurso para o alcance da sustentabilidade, deve antes de tudo estabelecer uma sociedade mais justa. Dentro deste contexto surge o Plano Brasil sem Miséria. O Programa Mais Educação torna-se parte deste, buscando propagar a Educação Integral através de oportunidades variadas de ensino, voltadas para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Neste cenário, realizamos um estudo documental-bibliográfico, de cunho qualitativo, a partir da análise textual discursiva dos seguintes documentos: Decreto 7.083/10, Manual Operacional de Educação Integral 2013, Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007, Rede de Saberes Mais Educação-pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral, e Gestão Intersetorial do Território. Pretendemos verificar, se as concepções de Educação Integral expressas nos documentos citados favorecem a promoção da cultura da sustentabilidade. Consideramos que embora o direcionamento teórico destes oriente a superação das dimensões turno e contra turno das escolas, fator necessário ao desenvolvimento da cultura da sustentabilidade, ao longo das análises não encontramos propostas claras e norteadoras que vinculem os aspectos formais e informais existentes no currículo do ensino básico. Neste contexto defendemos a Educação Ambiental aliada a Educação Integral, como um caminho onde a escola prepare os estudantes para uma vida mais digna e sustentável, por meio da promoção de estratégias que envolvam temas referentes à cultura da sustentabilidade.*

**Palavras-chave:** educação integral; sustentabilidade; cultura.

### ABSTRACT

---

*We live in Brazil a situation of environmental degradation, with part being immersed in extreme poverty population. We know, however, that the route to achieving sustainability, must first of all establish a more just society. In this context arises the Brazil without Poverty Plan. The More Education Program becomes part of this, seeking to spread the Integral Education through a variety of opportunities for education, geared for students in socially vulnerable. In this scenario, we conducted a documentary-bibliographical study of qualitative nature, from the discursive textual analysis of the following documents: Decree 7,083 / 10, Operational Manual of Integral Education 2013 Normative Interministerial nº- 17, of April 24, 2007, Knowledge Network More Education-conditions for educational projects of integral education, and Regional Intersectoral Management. We intend to verify if the Integral Education of views expressed in the cited documents favor the promotion of sustainability culture. We believe that although the theoretical guidance of these east overcoming shift dimensions and turn against the schools necessary factor for the development of the culture of sustainability throughout the analysis did not find clear and guiding proposals that link the formal and informal aspects involved in teaching the curriculum basics. In this context we support the Environmental Education together with Integral Education, as a path where the school prepare students for a more dignified and sustainable life, by promoting strategies involving issues related to the culture of sustainability.*

**Keywords:** sustainability; education; culture.

---

1 Doutoranda em Ensino de Biociências e Saúde(IOC), Mestre em Ciência Tecnologia e Educação, Especialista em Planejamento e Educação Ambiental e Licenciada em Biologia. Atualmente professora da Educação Básica da rede municipal e estadual de educação do RJ.

2 Professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz, e da pós-graduação (mestrado e doutorado) do Programa em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz - Fiocruz - RJ.

## 1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um termo polissêmico, apropriado muitas vezes de forma inadequada, servindo de pano de fundo para encobrir a extração exacerbada de recursos naturais e como marketing para empresas que desejam vender produtos ditos ecologicamente adequados. Seu conceito surgiu em um momento de crise mundial, onde existia a possibilidade de uma futura escassez de recursos, trazendo a oportunidade para que todos refletissem sobre a nossa interação constante e dependência dos recursos oriundos do meio ambiente.

De acordo com Nascimento (2012), a sustentabilidade tem duas origens, primeiramente referia-se a capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas diante das agressões antrópicas, depois passou a se relacionar a finitude dos recursos naturais, a equidade social e a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. Neste contexto sustentabilidade passa a abranger justiça social, intergeracionalidade e valores éticos, assim a dimensão social torna-se integrante da questão ambiental, e diante disso podemos afirmar que em uma sociedade sustentável todos devem possuir as mínimas condições para uma vida digna. Seguindo as orientações de Nogueira, Souza e Rosário (2012), defendemos as cinco dimensões da sustentabilidade, a social visando maior equidade social, a econômica que depende do uso eficaz dos recursos naturais, a ecológica que limita o uso de recursos não renováveis, a espacial e a cultural.

Tal como Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), percebemos a sustentabilidade como um critério capaz de fortalecer valores solidários a partir de práticas educativas, centradas na criticidade dos sujeitos, visando à mudança comportamental, o desenvolvimento da organização social e da participação coletiva. Seguindo raciocínio semelhante Freitas e Almeida (2010) definem sustentabilidade como a utilização de recursos de forma ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável. Diante do necessário estabelecimento de uma nova forma de vida para o alcance de uma sociedade sustentável, a escola tem um papel essencial com sua capacidade de fomento ao debate, tornando viável a promoção da aprendizagem de habilidades e competências essenciais à implementação da mesma.

Com referência ao desenvolvimento, a cultura é reconhecida como uma dimensão transversal dos três pilares – econômico social e ambiental – presentes em todas as formas de desenvolvimento (UNESCO, 2009). Bonfim e Picollo (2011) definem cultura como uma categoria intelectual, utilizada pelos antropólogos para interpretar a relação entre a vida social e o conhecimento junto à humanidade. Dessa forma o homem faz escolhas a partir dos conhecimentos compartilhados, se apropriando dos saberes de um grupo e interagindo com o meio que o rodeia em virtude destes. A cultura como uma das dimensões da sustentabilidade, favorece uma abordagem centrada no ser humano, refletindo a complexidade da sociedade e do contexto social, promovendo a pluralidade dos sistemas de conhecimento (UNESCO, 2012). A UNESCO (2013) caracteriza a cultura como um fator fundamental para a sustentabilidade, definindo a mesma como um recurso para responder aos desafios e encontrar soluções apropriadas, com uma abordagem baseada no respeito e no direito a diversidade.

Vivemos no Brasil uma realidade de degradação ambiental e social, com o predomínio do assistencialismo e do clientelismo, resultando na espoliação dos recursos naturais assim como em um grande desequilíbrio social (KRONENBERG, 2011). Sabemos que a extrema pobreza é um fenômeno integrado por várias causas, dentre elas a insuficiência de renda, o acesso precário ou a falta de saneamento básico, além de baixa escolaridade e subempregos. Para sua superação faz-se necessário uma abordagem multidimensional de políticas emancipatórias. O percurso para o alcance de uma sociedade sustentável deve antes de tudo estabelecer uma sociedade mais justa, onde todos tenham os direitos humanos assegurados. Sabemos que o combate à pobreza é um requisito básico para o alcance do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1995). Diante deste cenário, no dia 2 de julho de 2011, o Governo Federal lança o Plano Brasil sem Miséria propondo principalmente ações de combate a extrema pobreza. No ano seguinte, o Programa Mais Educação torna-se parte integrante deste, atendendo a 33 mil escolas (BRASIL, 2012).

Nesses cenários, buscamos responder a seguinte pergunta: A concepção de educação integral expressa nos documentos do Programa Mais Educação, favorece a promoção da cultura da sustentabilidade?

## 2 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação (PME) no contexto do Plano Brasil sem Miséria (BSM) integra o eixo acesso a serviços, priorizando o atendimento a alunos oriundos de famílias que vivem com renda inferior a R\$ 70,00 por pessoa, sendo por esse motivo as mesmas beneficiadas também pelo Programa Bolsa-família. Dentre as 653 escolas municipais do Rio de Janeiro, podemos dizer que até dezembro de 2013, 121 escolas possuíam mais de 50% dos alunos atendidos pelo Programa Bolsa-Família (PBF). O PBF contribuiu para apoiar o atendimento educacional focalizado, já que tem como uma das condições o acompanhamento da frequência escolar de alunos entre seis e 17 anos, garantindo maior permanência destas crianças na escola (MEC, 2012). Podemos afirmar que o Plano Brasil sem Miséria e seus programas integrantes constituem estratégias políticas, relacionadas às orientações referentes ao capítulo 3 da Agenda 21, que propõe estratégias de combate à pobreza para a busca da sustentabilidade.

O PME estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para no mínimo sete horas diárias, acrescentando às atividades curriculares existentes, outras como as relacionadas à Educação Ambiental. Busca-se através da ampliação da carga horária escolar estabelecer um elo entre a escola e a comunidade, de forma a articular ações na área de cultura, do esporte, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável (MEC, 2013 a). O programa foi instituído pela portaria interministerial nº 17/2007 e pelo decreto nº 7083 de 27 de janeiro de 2010, integrando o Plano de Desenvolvimento da Educação na perspectiva da educação integral. Segundo o decreto 7083/2010, são considerados princípios da educação integral: o direito de aprender como direito inerente à vida, ao respeito, a dignidade, a convivência familiar e comunitária. De acordo com o art.6 da portaria interministerial 17, o PME visa fomentar ações de articulação e implementação de políticas socioeducativas oferecidas aos educandos com base na noção de formação integral emancipadora (SECAD/MEC, 2009). Fazem parte do público-alvo do programa, alunos com defasagem idade/série, alunos das séries finais do 1º segmento do Ensino Fundamental, alunos das séries finais do 2º segmento e alunos que recebam o benefício Bolsa-família.

A educação integral exige dos governantes ofertas de serviços articuladas à proteção social, por meio de políticas capazes de propagar desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura (MEC, 2011). Para sua melhor viabilização foi realizada uma parceria interministerial entre o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da cultura e o Ministério da Defesa e Controladoria Geral da União.

De acordo Leclerc e Moll (2012) a política de educação integral defendida pelo Programa Mais Educação, destaca-se como forma de enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais. Para as autoras a oferta de atividades diferenciadas no turno oposto as aulas, limita a efetivação do projeto político pedagógico da unidade de ensino, o que requer a superação da dimensão turno e contra turno para o estabelecimento de um turno único. Para organizar a jornada ampliada às escolas participantes, formam turmas que podem ser de idades e séries variadas, estas são acompanhadas por monitores voluntários, preferencialmente universitários que estudem em cursos relacionados com os macrocampos eleitos. Os macrocampos agrupam atividades pedagógicas as quais se interligam aos ministérios parceiros, as comunidades e aos saberes escolares.

A educação integral convida as escolas a se tornarem parceiras do desenvolvimento sustentável do município, garantindo aos alunos a ampliação contínua de seu repertório sociocultural (MEC, 2011). Diante disso podemos afirmar que a promoção da interação das escolas com os demais espaços da cidade, possibilita aos aprendizes entenderem a sociedade e participarem dos processos decisórios que afetam os locais onde residem, com o empoderamento dos mesmos, que passam a colaborar na busca da sustentabilidade.

### 2.1 A Educação Ambiental no Programa Mais Educação

o macrocampo “Educação Ambiental, desenvolvimento sustentável e economia solidária” abrange processos pedagógicos que favorecem o desenvolvimento de habilidades voltadas para a busca da sustentabilidade

socioambiental (MEC, 2013a). Busca-se incentivar a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, propagando a educação para o consumo responsável e a economia solidária, além de ofertar estratégias pedagógicas para que os estudantes desenvolvam valores sociais que contribuam para a conquista da sustentabilidade socioambiental.

A Educação Ambiental (EA) surge neste cenário social, motivada pelo questionamento em torno dos impactos ambientais causados pelos avanços da tecnociência. Para Kondrat e Maciel (2013), a Educação ambiental propõe uma nova cultura comportamental, que busca um compromisso do homem com o presente e o futuro do ambiente, orientando o processo educativo para a formação da cidadania. Para os autores, a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, como também pode ser chamada, deve considerar as realidades regionais e respeitar a diversidade cultural das populações.

De acordo com Rodrigues (2014), a Educação Ambiental por ser portadora de novas sensibilidades e postura ética, sintonizada com o projeto de uma cidadania ampliada, apresenta uma gama de possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas solidárias e articuladas com a emancipação humana. Assim como Tristão (2013), defendemos a Educação Ambiental como uma orientação para conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental. Conforme a autora, os problemas ambientais como problemas humanos complexos, podem nos levar a descobrir nossa conexão com a natureza, assim como desenvolver nossa identidade com o local onde vivemos, o que potencializa nossa relação com o lugar habitado.

Neste estudo adotamos como norte teórico uma das correntes de Educação Ambiental, a Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS). A mesma busca educar para um compromisso com a vida, num respeito a todas as formas de vida presente, enfatizando a relação existente entre consciência, conhecimento e valores. A EAS deve buscar a compreensão individual e coletiva cotidiana, das interações entre os grupos humanos, o meio social, cultural e ambiental, tendendo para a construção de uma nova ética de responsabilidade (MORGADO, 2010). Assim como Costa (2013), defendemos que a EAS é mais abrangente que a Educação Ambiental, articulando além das fronteiras desta, fatores socioculturais e sociopolíticos ligados à equidade, pobreza, democracia e qualidade de vida.

### 3 DESENHO METODOLÓGICO

Realizamos um estudo documental-bibliográfico, de cunho qualitativo, buscando compreender o fenômeno em estudo, a partir da análise textual discursiva dos seguintes documentos disponíveis no site do MEC: Decreto 7.083/10, Manual Operacional de Educação Integral 2013, Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007, Rede de saberes Mais Educação-pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral, e Gestão Intersetorial do Território. Estes foram escolhidos por destacarem a importância da educação integral, junto à redução da vulnerabilidade social de adolescentes relegados a situação de extrema pobreza, enfatizando a necessária atuação intersetorial frente à complexidade do problema.

A análise textual discursiva possui características semelhantes a duas formas de análises consagradas na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo e a análise de discurso, a mesma se inicia com a unitarização buscando separar os textos em unidades de significados (MORAES e GALIAZZI, 2006). Após a unitarização, passa-se a articulação de significados semelhantes, o que constitui a categorização. Segundo Moraes (2003), a categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas, levando ao agrupamento de segmentos semelhantes. Para o autor a análise textual discursiva consiste em um processo organizado de construção de compreensão.

Optamos pela análise textual discursiva de maneira a trabalhar com os significados construídos a partir de um conjunto de textos, os significantes aos quais atribuímos sentidos e significados. As categorias foram estabelecidas a priori, entretanto não descartamos a possibilidade de reorganizá-las no decorrer da análise, já que

a análise textual discursiva consiste em uma ferramenta aberta tornando possível a construção e reconstrução de caminhos (MORAES e GALIAZZI, 2011). Para a categorização, não adotamos o critério de exclusão mútua, pois entendemos que este não se sustenta frente às múltiplas leituras necessárias a abordagem qualitativa.

Os textos foram analisados a partir das seguintes categorias: direitos humanos, diversidade cultural, proteção integral, educação ambiental, formação integral, promoção da saúde e igualdade de gêneros. Dentre estas categorias, a proteção integral e a formação integral surgiram ao longo da análise textual. As demais categorias foram escolhidas anteriormente, pois o atendimento das mesmas si faz necessário para o alcance da sustentabilidade. Os documentos foram codificados da seguinte forma, cada um recebeu um número, sendo o número posterior referente à unidade de significado (Quadro 1). Após a leitura, unitarização e codificação dos textos, foram produzidos metatextos, que organizam e apresentam as interpretações construídas por meio dos textos analisados e derivam do sistema de categorias construídas ao longo da análise. A primeira etapa de construção desses denomina-se descrição, fase onde se apresentam os elementos emergentes dos textos analisados representados pelas diferentes categorias, na etapa seguinte foi realizada a interpretação.

**Quadro 1 – Codificação dos documentos analisados e respectivas categorias**

1.1	A Educação Integral no contexto do Programa Mais Educação, objetiva contribuir com a melhoria da aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental matriculados em escolas públicas.	Proteção integral
1.2	A afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade e na promoção da equidade étnico-racial, é um princípio da EI.	Direitos humanos
1.3	Destaca-se como um dos princípios da educação integral, a afirmação da cultura dos direitos humanos.	Direitos humanos
1.4	Para o desenvolvimento da EI, torna-se necessário o desenvolvimento de atividades visando amenizar o problema da violência entre crianças e adolescentes.	Proteção integral
1.5	Para o desenvolvimento do ppp da Educação integral, torna-se necessário convergir políticas e programas de direitos humanos.	Direitos humanos
1.6	A igualdade de gênero é um dos princípios da educação integral.	Igualdade de gênero
1.7	A diversidade cultural no contexto da igualdade étnico-racial religiosa destaca-se como um dos princípios da Educação Integral.	Diversidade cultural
1.8	A jornada escolar diária característica da EI compreende o desenvolvimento de atividades culturais, bem como o uso de mídias.	Diversidade cultural
1.9	A integração de espaços escolares com centros comunitários, bibliotecas, cinemas e museus constituíram um dos princípios da EI.	Formação Integral
1.10	A constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral é princípio da educação integral, no âmbito do Programa Mais Educação.	Formação Integral
1.11	A educação integral compreende o período de 7 horas, no qual são desenvolvidas atividades variadas, como as relativas à prevenção e a promoção da saúde e ao acompanhamento pedagógico.	Proteção integral
1.12	Convergir políticas e programas de saúde constitui objetivo do Programa Mais Educação.	Promoção da saúde
1.13	Constitui um princípio da educação integral, o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos.	Educação ambiental
1.14	Para o desenvolvimento do ppp da Educação integral, torna-se necessário convergir políticas e programas de Educação Ambiental. Art. 3º /V	Educação ambiental
1.15	A promoção da convivência entre professores, alunos e comunidade e o intercâmbio de conhecimentos entre estes é um objetivo da Educação Integral.	Formação integral

Fonte: Dados do estudo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O Decreto 7083/2010

De acordo com este documento, o Programa Mais Educação visa contribuir para a melhoria da aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental da rede pública, por meio da ampliação do tempo de permanência na escola, mediante oferta de educação básica em tempo integral que corresponde à jornada diária de no mínimo sete horas, graças ao desenvolvimento de atividades variadas envolvendo cultura, meio ambiente, saúde, direitos humanos, mídias e outras.

Percebemos ao longo do documento o destaque a cultura dos direitos humanos, como um dos princípios da Educação Integral, o que não podemos deixar de mencionar, é que a mesma constitui um caminho necessário ao alcance da sustentabilidade. Conforme o artigo 2º do presente decreto, esta deve ser estruturada na diversidade, na promoção da igualdade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero, de orientação sexual, de orientação política e de nacionalidade. Segundo as orientações da UNESCO (2006), a educação em direitos humanos visa contribuir para a prevenção dos abusos e dos conflitos violentos, de forma a promover a igualdade e o desenvolvimento sustentável, e a participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisão.

Assim como Ramos e Frangella (2013), defendemos a Educação em Direitos Humanos como uma abordagem para além da consciência política, como uma questão pedagógica que se estabelece na e com a diferença. Segundo as autoras, a escola deve ser vista como um local onde transitam diferentes culturas, assim a diferença passa a ser vista como diversidade cultural a ser respeitada.

Silva e Tavares (2013) apontam o Brasil como o país latino-americano que mais avançou na área de Educação em direitos humanos. Segundo as autoras educar em direitos humanos potencializa nos indivíduos o respeito ao ser humano e a sua dignidade, além de prepara-los para se tornarem protagonistas de suas vidas e conscientes de suas responsabilidades. Podemos dizer que as atividades desenvolvidas no PME, a respeito dos direitos humanos apresentam um enfoque intercultural, voltado para a promoção do diálogo entre os diferentes saberes, valorizando dessa maneira a cultura como dimensão da sustentabilidade. Tomando como norte Ramos (2011), optamos refletir a respeito dos direitos humanos enfocando a afirmação da diferença e não da universalidade, ampliando os espaços de negociação da diferença de forma que a mesma seja admitida e assumida. Neste contexto a diferença passa a ser vista como uma dimensão cultural (UNESCO, 2000). Candau (2012) destaca a importância da internalização dos direitos humanos no imaginário social, como necessidade vital à construção da cultura dos direitos humanos.

Sabemos que a defesa da diversidade cultural, implica no respeito aos direitos humanos, já que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e a promoção da diversidade cultural constitui uma condição necessária ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2002; 2007). Assim não podemos mais relacionar a diversidade cultural a causa de conflitos (VILCHES, et al, 2014<sup>3</sup>). Conforme os autores citados, o contato entre as diferentes culturas, nos permite questionar os aspectos negativos e aproveitar os positivos de cada uma delas. Neste contexto, ressaltamos a diversidade cultural no contexto da igualdade étnico-racial religiosa como um dos princípios da Educação Integral.

Aqui definimos sustentabilidade como um processo sistêmico relacionado com a continuidade articulada dos processos econômicos, sociais e ambientais, garantindo a preservação do ser humano, da biodiversidade e a manutenção da boa qualidade de vida das pessoas (COSTA, 2013). Em relação a esta, o decreto destaca como princípio da Educação Integral, o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos. Inserida neste contexto, a educação deve promover valores

de paz, de combate ao preconceito, de igualdade, justiça e respeito à dignidade humana, tendo sua qualidade fundamentada na abordagem dos direitos humanos (UNESCO, 2012).

#### **4.2 Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de Abril de 2007**

A Educação Integral (EI) destaca a importância da colaboração familiar, social e comunitária, assim como do poder público, visando assegurar aos educandos o direito à vida, a alimentação, ao esporte, ao lazer, a liberdade, a dignidade e a convivência social. A mesma contribui para a superação da situação de vulnerabilidade social dos educandos, favorecendo o alcance da autonomia dos aprendizes.

O Programa Mais Educação (PME) no contexto da EI, visa fomentar atividades socioeducativas no contra turno escolar, propiciando maior integração comunitária. Assim, a Educação Integral abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, bem como no trabalho, nas instituições de ensino e nas manifestações culturais. Dessa forma, torna-se fundamental a valorização dos conhecimentos oriundos da vida dos alunos, promovendo o diálogo e a tolerância, por meio da diversidade cultural e da cultura de paz, que é um pré-requisito para o alcance da sustentabilidade (UNESCO, 2012).

Na atmosfera do Programa Mais Educação, busca-se promover o combate ao trabalho infantil e a exploração sexual, e valorizar os saberes trazidos pelos alunos. A mesma possibilita a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, propiciando a estes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, por meio de ações no ambiente escolar, visando à garantia da proteção social e da formação para a cidadania.

A EI visa contribuir para a formação, a expressão e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens, gerando conhecimentos e tecnologias sociais, por meio de parcerias com universidades e outros espaços de ensino, além de promover a formação da sensibilidade e da percepção dos educandos, aproximando o ambiente educativo da diversidade cultural brasileira. Em relação à promoção da saúde, as ações formativas abrangem perspectivas temáticas referentes ao esporte, lazer, saúde, consciência corporal e segurança alimentar.

Neste cenário, a sustentabilidade requer um equilíbrio entre os fatores sociais, econômicos e culturais, e a educação surge como uma necessidade vital para o alcance de uma sociedade cada vez mais sustentável (UNESCO, 1999). A Educação Integral em busca da sustentabilidade promove por meio de atividades dentro e fora da escola, o desenvolvimento da consciência ambiental. Martínez (2008) acrescenta que a consciência ambiental é fundamental para que o indivíduo adquira um compromisso com a busca e o estabelecimento da sustentabilidade. Como consciência ambiental, entendemos o conjunto de ações que o indivíduo realiza em relação ao meio ambiente, bem como o nível de conhecimento que possui a respeito do mesmo. Concordamos com Leitão (2012), quando esta elege como uma das funções da Educação Ambiental, o despertar da consciência ambiental, social, econômica e política, oferecendo aos aprendizes a formação adequada para participarem dos processos decisórios referentes aos problemas socioambientais.

Refletindo a esse respeito, esperamos que as atividades do PME estejam de acordo com a necessidade de desenvolver nos educandos comportamentos responsáveis e conscientes junto ao meio ambiente e a sociedade. Neste aspecto, a proposição de tarefas com norte na Educação Ambiental para a Sustentabilidade oferece aos aprendizes a oportunidade de refletir sobre temáticas socioambientais, dialogar e sugerir em grupo possíveis soluções, de maneira a transformar a escola em um caminho para a busca de soluções socioambientais passíveis de serem realizadas com a participação dos aprendizes. Tal como Saito et al (2011), defendemos uma Educação Ambiental promotora da participação e da cidadania ativa, capaz de mobilizar conhecimento em pró da mudança e do questionamento da realidade, propiciando diálogo e empoderamento dos atores sociais participantes.

### 4.3 Manual Operacional de Educação Integral - 2013

A Educação Integral acentua a importância do educar cuidando, o que vai de encontro ao objetivo do Plano Brasil sem Miséria, que consiste na redução da vulnerabilidade social e na promoção de melhores condições de vida. Esta se caracteriza como o elemento de articulação do arranjo educativo local, em conexão com a comunidade que organiza se em torno da escola. Associada ao processo de escolarização pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesse dos educandos, por meio desta reconhecem-se as múltiplas dimensões do ser humano, de forma a propiciar a formação integral e emancipadora dos aprendizes.

Podemos dizer que (MEC, 2011):

Falar sobre Educação Integral implica considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e **espaço**, com referência aos **territórios** em que cada escola está situada. Em outras palavras, trata-se de reconhecer em que rua, em que bairro, em que comunidade a escola está localizada e, também, como se integra à cultura local. Um novo olhar sobre tempos e espaços educativos resulta em novas oportunidades de aprendizagem. Amplia-se a sociabilidade e o diálogo das escolas com a comunidade local, regional, nacional e, graças à Internet, até com a comunidade global.

A EI promove a articulação entre escola e comunidade por meio de atividades na área dos direitos humanos, levando os estudantes a refletirem e dialogarem sobre seus direitos e responsabilidades, por meio de atividades envolvendo fotografias, vídeos, música, literatura e dança. Por meio da fotografia, a escola pode trabalhar o tema Direitos humanos compreendendo um conjunto de ações que visam contribuir para a prevenção e combate ao preconceito, bullying, discriminação e violências.

A Educação em Direitos Humanos compreende um conjunto de atividades educacionais que tem a finalidade de promover o respeito aos direitos e liberdades fundamentais, contribuindo para a prevenção e combate ao preconceito, discriminação e violências. Neste cenário, o alcance do desenvolvimento sustentável vincula-se a uma profunda mudança cultural, assim como a universalização e ampliação dos direitos humanos (VILCHES et al, 2014 b). Diante disso, os direitos humanos tornam-se requisitos básicos para a difusão da cultura da sustentabilidade, para que possamos fazer frente a atual situação de emergência planetária que vivemos.

A Educação Integral contribui para diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira, combatendo quaisquer formas de preconceito e discriminação, valorizando e favorecendo as diferentes manifestações culturais, bem como a construção de identidades plurais e solidárias. Assim como Moll e Leclerc (2013), defendemos a educação integral voltada para o reconhecimento das diferenças e dos diferentes, favorecendo a emancipação dos educandos e a promoção de uma sociedade mais igualitária.

O macrocampo Comunicação uso de mídias e cultura digital e tecnológica visa garantir por meio de suas atividades aos educandos, o direito a voz e o respeito à diversidade. A banda como uma das atividades integrantes do Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial deve promover a integração sociocultural, assim como o reconhecimento e recriação das culturas populares. Dentre as atividades que podem ser realizadas para a formação de educandos inseridos no Programa Mais Educação no âmbito da educação integral, a história em quadrinhos surge como uma sugestão para trabalhar o conceito de igualdade de gênero e de diversidade sexual. O Jornal Escolar atividade integrante do Macrocampo Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital, caracteriza-se como atividade promotora da cultura do respeito às diferenças e a igualdade de gênero.

A Educação Integral contribui para diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira, associada ao processo de escolarização pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesse dos educandos. A diversidade cultural converteu-se também numa questão social vinculada à maior diversidade dos códigos sociais que operam no interior das sociedades (UNESCO, 2009).



A Educação Integral sob o enfoque da diversidade cultural valoriza a interculturalidade, ou seja, a existência e interação equitativa de várias culturas (UNESCO, 2007).

O macrocampo designado Comunicação, uso de mídias e cultura digital, abrange prioritariamente a área da Promoção da Saúde, onde a criação de estratégias de promoção e de prevenção de doenças deve partir do estudo de problemas de regionais, como a dengue, a febre amarela, a malária e a hanseníase. Busca-se o desenvolvimento de uma cultura de promoção da saúde no espaço escolar, objetivando a garantia da qualidade de vida e o fortalecimento da relação entre as redes públicas de educação e saúde. Nesta perspectiva, a escola pode realizar uma mostra fotográfica sobre hábitos saudáveis no dia-a-dia, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Por meio de Histórias em Quadrinhos, podem ser trabalhados, os seguintes temas: saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual, práticas corporais, saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras), saúde mental e prevenção à violência.

O macro campo Educação ambiental/desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa abrange processos pedagógicos que favorecem a construção de valores sociais, de conhecimentos, de habilidades, de competências e de atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental. As atividades socioambientais devem assim proporcionar o educando a compreensão do mundo em que vive, bem como do meio ambiente e da sociedade. A Economia Solidária e Criativa na perspectiva da Educação Integral envolve atividades baseadas em experiências que motivem a criatividade e o protagonismo juvenil, promovam a educação para o consumo consciente, responsável e sustentável dos recursos naturais e materiais, desenvolvam a consciência sobre a importância social e econômica dos tributos, bem como a participação no controle social dos gastos públicos, por meio da atuação de professores, estudantes e da comunidade em geral.

A horta escolar é uma atividade desenvolvida que abrange experiências de cultivo como um espaço educador sustentável, a partir do qual se vivencia processos de produção de alimentos, segurança alimentar, práticas de cultivos relacionados à biodiversidade local e à formação de farmácias vivas e de combate ao desperdício, à degradação e ao consumismo, para a melhoria da qualidade de vida. Ressaltamos que a ênfase dada aos aspectos culturais da sustentabilidade destaca a importância da riqueza das relações humanas, o aumento ao respeito e a valorização das diferenças, a necessidade do diálogo e a valorização dos conhecimentos regionais e dos tradicionais (UNESCO, 2005).

#### **4.4 Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral**

A Educação integral requer aproximação e diálogo com a comunidade, considerando os variados saberes da realidade brasileira, de modo a superar termos como contraturno e saberes populares, valorizando a ideia de que os estudantes são seres portadores de complexa experiência social e merecem atenção diferenciada. Com o objetivo de transformar a escola em um local onde a cultura possa dialogar com os currículos escolares, é importante reconhecer que as experiências escolares se desenvolvem dentro e fora da escola, neste aspecto podemos afirmar que a comunidade passa a assumir duas funções: sujeito educador e agente que se educa. Dessa forma, a educação passa a dialogar com uma ampla variedade de agentes sociais, territórios e saberes que envolvem a experiência comunitária. Neste contexto, os saberes comunitários representam o universo cultural local, isto é, tudo aquilo que nossos alunos trazem para a escola, independentemente de suas condições sociais e que deve ser valorizado e utilizado pelo professor para a construção de novos conhecimentos. Assim como Canen (2001) consideramos de extrema importância o papel da escola junto à viabilização de práticas que celebrem a diversidade cultural, em virtude disso ressaltamos a necessidade da sensibilização dos professores a pluralidade cultural. A autora realça o valor da preparação docente junto à diversidade cultural, devido à constatação do estereótipo sobre o rendimento escolar de alunos com universo cultural diverso do geralmente valorizado nas práticas escolares propedêuticas.

O programa *Mais Educação* propõe uma metodologia de trabalho capaz de fazer dos programas de governo que integram esta ação, um instrumento sensível de produção de conhecimento e cultura, pois considera a diversidade dos saberes que compõem a realidade social brasileira. Atuando no âmbito da Educação Intercul-

tural, este reconhece o sentido e a identidade cultural dos grupos que formam a comunidade escolar. Segundo a UNESCO (2013), o diálogo intercultural e o respeito pela diversidade cultural podem forjar sociedades mais inclusivas, eles devem ser promovidos principalmente por meio de programas educativos, visando o desenvolvimento social inclusivo, o que conseqüentemente acarreta uma sociedade mais sustentável.

Reconhecemos a educação como um dos ambientes da cultura, um ambiente onde a sociedade reprocessa a si mesma recriando conhecimentos. Imersa neste cenário, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além das suas, valorizando o diálogo entre todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre as demais e no contato com estas se transforma (GADOTTI, 1992). Um projeto de educação interessado no diálogo entre culturas precisa estar atento à metodologia de pesquisa interdisciplinar e em buscar espaços de aprendizado baseados nas trocas e na capacidade de nos relacionarmos. A cultura envolve todas as nossas crenças, definindo a maneira como observamos e interagimos com o mundo, esta constitui parte indissolúvel do conceito polissêmico e complexo de sustentabilidade (UNESCO, 1999). Inserida neste raciocínio a diversidade cultural, torna-se condição prévia para a sustentabilidade.

São oferecidos sete macrocampos que dialogam com as estratégias de governo: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos e cidadania, cultura e artes, inclusão digital, comunicação e saúde, alimentação e prevenção. Na estratégia do PME, os programas de governos são mediadores de saberes e apresentam estratégias variadas para a EI.

O Programa Municípios Educadores Sustentáveis visa transformar espaços coletivos em “espaços educadores” através de ações integradas voltadas para a mobilização social e a educação, onde todos são corresponsáveis pela sustentabilidade. O Programa Viveiros Educadores busca estimular, orientar e apoiar a implementação de viveiros florestais como espaços de aprendizagem, estimulando os viveiros já existentes a perceber, valorizar e incorporar a dimensão educadora em suas atividades.

A Mandala para o programa *Mais Educação* funciona como ferramenta de auxílio à construção de estratégias pedagógicas para educação integral, passando a promover trocas entre saberes diferenciados. Esta se estrutura a partir do diálogo entre saberes escolares, comunitários e programas de governo, caracterizando um instrumento de construção para projetos de EI que foi criado para demonstrar que os saberes comunitários e os escolares possuem pontos comuns de investigação, com metodologias diferenciadas.

#### 4.5 Gestão Intersetorial do território

A Educação integral tem como objetivo o acesso à educação pública, assim como a garantia da permanência e a aprendizagem do educando. Neste contexto, o PME foi estabelecido por meio do apoio à realização, de ações socioeducativas no contra turno escolar, visando o cultivo de relações entre professores, alunos e comunidades, à garantia da proteção social e à formação para a cidadania. A concepção de educação que sustenta o Programa afirma o potencial educativo de amplo espectro das políticas públicas setoriais: Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente. Dessa forma, uma proposta de educação integral demanda a articulação de atores sociais e de programas para oferecer uma diversidade de oportunidades garantindo desenvolvimento integral aos educandos.

A intersetorialidade reconhece a capacidade que cada política tem a aportar ao propósito comum: garantir educação integral às crianças, adolescentes e jovens. Inserida neste cenário, a Doutrina da Proteção Integral coloca as crianças e adolescentes no centro das políticas públicas, pois afirma sua condição de sujeito de direitos, a indivisibilidade desses direitos e a prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades. A respeito disso, Guará (2009) assinala que a articulação da educação integral com a proteção integral, como direito essencial da população infanto-juvenil a existências de programas e serviços visando à garantia de seu pleno desenvolvimento. Neste aspecto, a Educação Integral exige dos governantes ações concretas de oferta dos serviços públicos,

conjugando a proteção integral à proteção social, articulando desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura (MEC, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação de qualidade favorece a redução da pobreza, bem como a melhoria das condições de vida da população, adquirindo o papel de pedra angular para a construção de uma sociedade sustentável (UNESCO, 2008). Podemos dizer então que as atividades oferecidas pelo PME constituem não somente uma política indutora da educação integral, assim como uma iniciativa importante para o combate a situações de extrema pobreza, dessa forma a educação integral ressurge no cenário brasileiro, como uma possibilidade de romper o isolamento dos menos favorecidos economicamente da escola, assegurando condições para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em todos os aspectos da condição humana.

Assim como Imbernón (2011), defendemos um ambiente escolar dialógico, mais cultural- contextual e comunitário, onde se valorize a importância do relacionamento equilibrado entre todos que integram a comunidade escolar. Além disso, realçamos a importância do aumento da permanência do educando na escola associado ao benefício do Programa Bolsa família, como uma forma de aproximação entre a família e a escola. A Educação Ambiental na perspectiva da Educação Integral enfatiza o debate sobre a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, com intencionalidade pedagógica de estimular, debater e desenvolver formas sustentáveis de ser e estar no mundo, a partir de três dimensões: espaço físico, gestão e currículo. Teixeira, Talamoni e Tozoni-Reis (2013) nos advertem que a Educação Ambiental como processo educativo, não pode se fundamentar em uma prática pedagógica pautada na apropriação distorcida e simplificadora dos agentes da problemática ambiental. A mesma deve levar os aprendizes a compreender as questões socioambientais em sua totalidade, e instrumentalizá-los para atuar nas transformações sociais que se fazem necessárias. Diante das orientações dos autores ressaltamos a importância da pesquisa em torno das práticas ambientais no contexto da educação integral, de forma a verificar se tais atividades realmente propiciam a formação dos estudantes para a cidadania. Assim os educadores inseridos nesta perspectiva pedagógica, devem se comprometer em criar condições que potencialize os educandos a participarem do processo de ruptura das relações socioambientais que caminham em direção oposta a sustentabilidade. Neste contexto a Educação Ambiental aliada a Educação integral, torna-se um caminho onde a escola prepara os estudantes para a busca de soluções para problemas socioambientais e o alcance de uma vida mais digna e sustentável, por meio da promoção de estratégias que envolvem temas referentes à cultura da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

- BOMFIM, A.M; PICCOLO, F.D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 27, julho a dezembro de 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, **Tv Escola/Salto Para O Futuro**. Com-Vida: estratégia de governança nas escolas. Edição especial. Ano XXII - Boletim quatro - Junho 2012.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Série Mais Educação**. Programa Mais Educação passo a passo. BRASIL, 1995. Agenda 21.
- CANEAU, V.M.F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 715-726, 2012.
- CANEN, A. **Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural**. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n.77, 2001.
- CORREIA, M.M. **Concepções de futuras professoras do ensino básico acerca do ambiente, da educação ambiental e das estratégias didáticas em educação ambiental**. **Revista Ensaio, Belo Horizonte**; v.16, n. 01, 2014.
- COSTA, M.C.F.F. Ciências no primeiro ciclo do Ensino Básico: um programa para Educação para Desenvolvimento Sustentável. 654f. Tese, Universidade de Aveiro, Portugal. 2013.
- FREITAS, A.L. P; ALMEIDA, G.M.M. Avaliação do nível de consciência ambiental em meios de hospedagem: uma abordagem exploratória. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, v.22, n.2, p.405-417, 2010.
- GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GUARÁ, I.M.F.R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além. da escola. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, 2009.
- IMBERNÓN, F. **A formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JACOBI, P.R; RAUFFLET, E; ARRUDA, M.P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.
- KONDRAT, H; MACIEL, M.D. Educação Ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.18, n.55, 2013.
- KRONEMBERG, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo, Editora Senac, 2011.
- LECLERC, G.F. E; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, 2012.
- LEITÃO, M.M.G.F. **A constituição e o funcionamento de uma comunidade de prática de professores em educação para o desenvolvimento sustentável**. 280f. Tese, Universidade Aberta, Lisboa, 2012.
- MARTÍNEZ, A.G. **La conciencia ambiental como herramienta para la educación ambiental: conclusiones y reflexiones de un estudio en el ámbito universitario**. Univerdad de Córdoba, 2008.
- MDS/MEC. **Roteiro de mobilização para a adesão**. Programa Mais Educação 2013.

MDS/MEC. Nota técnica nº 319. SENARC/MDS-SEB/MEC, 2012.

MEC. Manual Operacional de Educação Integral, Brasília 2013.

\_\_\_\_\_. Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.**

\_\_\_\_\_. **Portaria normativa interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007.**

MOLL, J; LECLERC, G.F.E. Diversidade e tempo integral: *A garantia dos direitos sociais*. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 291-304, 2013.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 2. ed.rev.Ijuí:Ed Unijuí, 2011, 224p.

\_\_\_\_\_. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORGADO, M.M.M. **Formação contínua de professores de ciências e de filosofia. Contributos de um estudo sobre educação para a sustentabilidade**. 371f. Tese, Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v.26, n.74, 2012.

NOGUEIRA, M.G; SOUZA, G.O; ROSÁRIO, L.A.S. Política Pública de saúde e sustentabilidade socioambiental: gestão social frente à relação sociedade-natureza. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 18, n.2, p.41-53, 2012.

RAMOS, A.H; FRANGELLA, R.C.P. Currículo de educação em direitos humanos: sentidos em embates/articulações. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 14-20, 2013.

RAMOS, A.H. Educação em Direitos Humanos: local de diferenças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, 2011.

RODRIGUES, A.R.S. A Educação Ambiental em tempos de transição paradigmática: entrelaçando saberes disciplinados. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v.20, n.1, p. 195-206, 2014.

SAITO, C.H et al. Conflitos socioambientais, educação ambiental e participação social na gestão ambiental. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 2, n. 1, p. 121-138, 2011.

SECAD/MEC. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec., Secad, 2009. 52 p.: il. – (Série Mais Educação)

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação**: gestão intersetorial no território. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

\_\_\_\_\_. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009.

SILVA, A.M. M; TAVARES, C. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

TEIXEIRA, L.A.; TALAMONI, J.L. B; TOZONI-REIS, M.F.C. A relação teoria e prática em projetos de Educação Ambiental desenvolvidos em um bairro de Bauru, SP, Brasil. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v.19, n.3, p.657-676,2013.

TRISTÃO, M. Uma abordagem filosófica da pesquisa em Educação Ambiental, v.18, n.55, p. 847-860, **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro**, Brasil,2013.

UNESCO. 2013. **Declaração de Hangzhou**. Situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável.

\_\_\_\_\_. 2012. **De economias verdes a sociedades verdes**. Compromisso da Unesco com o Desenvolvimento Sustentável.

\_\_\_\_\_. 2009. **Relatório Mundial da UNESCO Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**.

\_\_\_\_\_. 2008. **Educação de qualidade, equidade e desenvolvimento sustentável: uma concepção holística inspirada nas quatro conferências mundiais sobre educação organizadas pela UNESCO em 2008-2009**.

\_\_\_\_\_. 2007. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**.

\_\_\_\_\_. 2006. **Plano de ação**. Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos.

\_\_\_\_\_. 2005. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**.

\_\_\_\_\_. 2005-2014: **documento final do esquema internacional de implementação**.

\_\_\_\_\_. 2002. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**.

\_\_\_\_\_. 2000. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Cimeira do Milênio, Nova Iorque.

\_\_\_\_\_. 1999. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. Ed. IBAMA.

VILCHES, A; GIL PÉREZ, D; TOSCANO, J.C. y MACÍAS, O. (2014b). **Derechos humanos y sostenibilidad** [artículo en línea]. OEI. ISBN 978-84-7666-213-7.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. (2014a). **Diversidad cultural**. OEI. ISBN 978-84-7666-213-7.

VILCHES, A; GIL-PÉREZ. D. Cómo puede contribuir la Educación a la construcción de un futuro sostenible? **Rev. Eureka Ensen. Divul. Cien**, 7. N° Extraordinário, p. 297-315, 2010.